



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL Nº 0002118-13.2014.8.17.0000
(328715-0)

AGRAVANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE
PERNAMBUCO

AGRAVADO : ALLISON SOUZA SILVA

RELATOR : DES. ALEXANDRE GUEDES ALCOFORADO
ASSUNÇÃO

COMARCA : CARUARU - 3ª VARA REGIONAL DE
EXECUÇÃO PENAL

ORGÃO : 4ª CÂMARA CRIMINAL

JULGADOR

PROCURADORA : CRISTIANE MARIA CAITANO DA SILVA

**EMENTA: AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL EM
DECISÃO CONCESSIVA DE PROGRESSÃO DE
REGIME. NULIDADE DA DECISÃO POR FALTA DE
MANIFESTAÇÃO PRÉVIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO E
PELA FALTA DE COMPROVAÇÃO DOS REQUISITOS
SUBJETIVOS PARA CONCESSÃO DA BENESSE.
OCORRÊNCIA. INOBSERVÂNCIA DOS ARTS. 67 E 112
CAPUT E PARÁGRAFO PRIMEIRO DA LEI 7.210/84
(LEP). RECURSO PROVIDO. MANUTENÇÃO DO
APENADO NO REGIME SEMIABERTO ATÉ QUE OUTRA
DECISÃO SEJA PROFERIDA. DECISÃO UNÂNIME.**

I – É nula a decisão que concede a progressão do regime prisional sem observar as diretrizes previstas no art. 67 e 112 da LEP, relativas à obrigatoriedade da prévia manifestação do Ministério Público e do preenchimento dos requisitos objetivos e subjetivos para concessão da benesse.

II – Contudo, mesmo se tratando de decisão nula, não é plausível que o apenado retorne ao regime mais gravoso porquanto seria prejudicado com nulidade que não deu causa.

III – Recurso provido. Nulidade da decisão decretada. Manutenção do apenado no regime semiaberto até que outra decisão seja proferida. Decisão unânime.




PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **Agravo de Execução Penal nº 0002118-13.2014.8.17.0000 (328715-0)**, no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da **Quarta Câmara Criminal** deste Tribunal de Justiça, à **unanimidade de votos**, dar **provimento ao recurso**, para declarar a nulidade da decisão acostada às fls. 19/20, determinando que outra seja proferida, mediante prévia oitiva do MP, ficando o apenado mantido no regime semiaberto até que outra decisão seja proferida, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este acerto.

Recife, 4 de maio 2014


Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Relator





PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL Nº 0002118-13.2014.8.17.0000
(328715-0)

AGRAVANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE
PERNAMBUCO
AGRAVADO : ALLISON SOUZA SILVA
RELATOR : DES. ALEXANDRE GUEDES ALCOFORADO
ASSUNÇÃO
COMARCA : CARUARU - 3ª VARA REGIONAL DE
EXECUÇÃO PENAL
ORGÃO : 4ª CÂMARA CRIMINAL
JULGADOR
PROCURADORA : CRISTIANE MARIA CAITANO DA SILVA

RELATÓRIO

Trata-se de Agravo de Execução Penal interposto pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO contra decisão do Juízo da 3ª Vara Regional das Execuções Penais do Estado, que nos autos do processo nº 2013.0581.001383, concedeu ao apenado **ALLISON SOUZA SILVA** a progressão do regime prisional fechado para o semiaberto.

O representante ministerial sustenta a ilegalidade da decisão recorrida sob os seguintes fundamentos: ausência de prévia manifestação do Ministério Público; e, falta de comprovação do requisito subjetivo para concessão da benesse.

Requer, ao final, que seja decretada a nulidade da decisão atacada.

A inicial foi acompanhada dos documentos de fls. 11/20.

O agravado apresentou contrarrazões às fls. 21/25, pugnando pela manutenção da decisão que lhe concedeu a progressão do regime prisional.



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

O Juízo de Execuções Penais manifestou-se acerca do presente recurso (fls. 26), mantendo a decisão recorrida em todos os seus termos.

A Procuradoria de Justiça, por meio da Procuradora Cristiane Maria Caitano da Silva, ofertou parecer às fls. 38/41, opinando pelo provimento do recurso.

É o relatório. À pauta de julgamentos.

Recife, 22 de Abril 2014.


Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção.
Relator



55

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL Nº 0002118-13.2014.8.17.0000
(328715-0)

AGRAVANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE
PERNAMBUCO
AGRAVADO : ALLISON SOUZA SILVA
RELATOR : DES. ALEXANDRE GUEDES ALCOFORADO
ASSUNÇÃO
COMARCA : CARUARU - 3ª VARA REGIONAL DE
EXECUÇÃO PENAL
ORGÃO : 4ª CÂMARA CRIMINAL
JULGADOR
PROCURADORA : CRISTIANE MARIA CAITANO DA SILVA

VOTO:

Trata-se de Agravo de Execução Penal interposto pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO contra decisão proferida pelo Juízo da 3ª Vara Regional das Execuções Penais do Estado que concedeu a progressão de regime prisional ao apenado **ALLISON SOUZA SILVA**, condenado à pena definitiva de 05 anos e 04 meses de reclusão, pela prática dos crimes de roubo majorado.

A tese ministerial é de que a decisão carece de amparo legal pelos seguintes motivos: 1 - a progressão foi deferida sem que fosse oportunizado ao Ministério Público se manifestar previamente sobre o pedido; 2 - Não está comprovado que o apenado preenche os requisitos subjetivos para concessão do benefício porquanto não há nos autos o atestado de boa conduta exigido pelo art. 112 da LEP.

Razão assiste ao parquet.

A Lei das Execuções Penais estabelece que a concessão de progressão do regime prisional está sujeita as seguintes condições: **prévia oitiva do Ministério Público**; e, **preenchimento os requisitos objetivos** (tempo) e **subjetivos** (bom



56

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

comportamento carcerário, mediante comprovação pelo diretor do estabelecimento prisional).

É o que preconizam os artigos abaixo transcritos:

"Art. 67. O Ministério Público fiscalizará a execução da pena e da medida de segurança, oficiando no processo executivo e nos incidentes da execução.

Art. 112. A pena privativa de liberdade será executada em forma progressiva com a transferência para regime menos rigoroso, a ser determinada pelo juiz, quando o preso tiver cumprido ao menos um sexto da pena no regime anterior e **ostentar bom comportamento carcerário, comprovado pelo diretor do estabelecimento**, respeitadas as normas que vedam a progressão. (Redação dada pela Lei nº 10.792, de 2003)

§ 1º **A decisão será sempre motivada e precedida de manifestação do Ministério Público e do defensor.** (Redação dada pela Lei nº 10.792, de 2003)"

Por consequência, é nula a decisão que concede progressão de regime sem a observância das diretrizes acima.

Nesse sentido:

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO AO RECURSO APROPRIADO. DESCABIMENTO. EXECUÇÃO DA PENA. REGIME SEMIABERTO. FALTA DE ESTABELECIMENTO ADEQUADO AO CUMPRIMENTO DA PENA EM REGIME SEMIABERTO. PROGRESSÃO PARA O REGIME ABERTO, ATÉ O SURGIMENTO DE VAGA EM ESTABELECIMENTO PENAL ADEQUADO. BENEFÍCIO DEFERIDO PELO JUÍZO DA EXECUÇÃO E CASSADO PELO TRIBUNAL ESTADUAL. NULIDADE. AUSÊNCIA DE PRÉVIA OITIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL CONFIGURADO.

1. Os Tribunais Superiores restringiram o uso do habeas corpus e não mais o admitem como substitutivo de recursos, e nem sequer para as revisões criminais.

2. **Mostra-se nula a decisão proferida na fase referente à execução da pena, sem a prévia manifestação do Ministério Público, cuja intervenção é obrigatória, nos termos dos artigos 67 e 112, §1º, da Lei de Execução Penal.**

3. Configura supressão de instância o julgamento pelo Tribunal de origem a respeito da progressão de regime, pois a decisão de primeiro grau, nula, requer prévia manifestação do Ministério



57

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

Público e proferimento de nova decisão pelo Juízo das Execuções Criminais. Constrangimento ilegal configurado.

4. Habeas corpus não conhecido. De ofício, concedida parcialmente a ordem, para que, declarada nula a decisão, o Juízo das Execuções Criminais remeta os autos para o Ministério Público, para prévia manifestação, após o que deverá ser proferida nova decisão sobre o pedido de progressão de regime, com observação.

(HC 273.461/SE, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, QUINTA TURMA, julgado em 03/12/2013, DJe 06/12/2013)

Ementa: AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL. PRELIMINAR. NULIDADE ABSOLUTA. AUSÊNCIA DE SUFICIENTEMENTE FUNDAMENTAÇÃO NA DECISÃO QUE DEFERIU A PROGRESSÃO DE REGIME. NÃO-VERIFICAÇÃO, NO CASO CONCRETO. Preliminarmente, não merece acolhimento a preliminar de nulidade absoluta da decisão por carência de fundamentação. Isto porque, em que pese não explicitar os elementos concretos que motivaram a concessão da progressão de regime, a magistrada de primeiro grau respeitou as disposições legais para o deferimento da benesse, tendo o referido ato processual atingido a sua finalidade. PROGRESSÃO DE REGIME PRISIONAL. LEI 10.792/03. ART. 112 DA LEP. CONDUTA CARCERÁRIA PLENAMENTE SATISFATÓRIA. **Com o advento da Lei 10.792/03, que alterou alguns dispositivos da LEP, dentre eles o art. 112, o único requisito subjetivo para a progressão do regime prisional passou a ser o atestado de bom comportamento carcerário, a ser dado pelo diretor do estabelecimento penitenciário, ficando dispensada a elaboração de laudos pelas comissões que examinam os apenados. No caso concreto, como o comportamento prisional do apenado foi classificado como plenamente satisfatório, deve ser desconstituída a decisão que indeferiu a progressão.** (...) (Agravos Nº 70016905937, Oitava Câmara Criminal, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Marco Antônio Ribeiro de Oliveira, Julgado em 11/10/2006)

Contudo, os tribunais têm entendido que, mesmo se tratando de decisão nula, não é plausível que o apenado retorne ao regime mais gravoso porquanto seria prejudicado com nulidade que não deu causa:

PENAL. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 182/STJ. MATÉRIA PACÍFICA NESTA CORTE. POSSIBILIDADE DE DEFERIMENTO DO PEDIDO DE OFÍCIO. PROGRESSÃO DE REGIME (FECHADO PARA O SEMIABERTO). CONCESSÃO SEM A PRÉVIA MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 67 E 112, § 1º, DA LEP. NULIDADE.

1. Ainda que se considere que a parte não impugnou todos os óbices levantados pela decisão recorrida, é de se observar que a

M



58

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

questão é pacífica neste Tribunal, o que ensejaria, até mesmo, o deferimento do pedido de ofício.

2. A Lei nº 7.210/84 determina expressamente a participação do representante do Ministério Público em todos os atos do processo de execução penal. Portanto, tendo o Juiz a quo concedido à paciente a progressão de regime sem o prévio pronunciamento do Parquet, houve por bem o Tribunal de origem decretar a nulidade dessa decisão, para que seja observado o devido processo legal.

3. Entretanto, a despeito do vício formal da decisão, não se mostra razoável determinar o retorno da paciente ao regime fechado, uma vez que o apenado não pode ser prejudicado com a nulidade à qual não deu causa.

4. Não trazendo o agravante tese jurídica capaz de modificar o posicionamento anteriormente firmado, é de se manter a decisão agravada na íntegra, por seus próprios fundamentos.

5. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 280.063/MT, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEXTA TURMA, julgado em 19/03/2013, DJe 05/04/2013)

Ante ao exposto, em consonância com o parecer da Procuradoria de Justiça, dou provimento ao agravo para **DECLARAR A NULIDADE** da decisão acostada às fls. 19/20, determinando que outra seja proferida, mediante a juntada do atestado de comportamento carcerário do apenado e prévia oitiva do Ministério Público. O apenado deverá permanecer no regime semiaberto até que outra decisão seja proferida pelo juízo executório.

É como voto.

Recife, 7 de maio 2014


Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Relator